

História e Crime - O Crime na História:

Entrevista realizada com o Historiador Doutor Marcos Luiz Bretas

Marluce Dias Fagundes¹

Luísa Valdez²

Marcos Luiz Bretas³

Entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2017 o historiador Marcos Bretas esteve na Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS em São Leopoldo/RS para realizar a Conferência de Encerramento no *III Simpósio Nacional de História do Crime, da Polícia e Justiça Criminal* e *I Encontro Internacional de História do Crime, da Polícia, das práticas de Justiça e suas fontes*. Bretas tem seu trabalho reconhecido dentro da historiografia criminal do Brasil, sobretudo os temas relacionados à História da Polícia, História do Crime, História do Brasil Republicano com enfoque espacial no Rio de Janeiro. A sua obra de maior prestígio é “Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)”, publicado pela Editora Rocco em 1997. O trabalho é fruto da sua pesquisa de Doutorado em História realizado na The Open University na Inglaterra, entre os anos de 1991 e 1995, orientada pelo reconhecido historiador de História da Polícia Clive Emsley. O desenvolvimento dessa pesquisa é foco em uma das questões feitas a Bretas. O autor tem publicados diversos trabalhos dentro dos temas que propôs se debruçar dentre eles, a organização da obra “História das Prisões no Brasil” composta por dois volumes, publicada pela Editora Rocco (2009) em conjuntos com outros estudiosos/as referências na área.

¹ Mestranda em História pela UFRGS, bolsista CNPq e integrante da Equipe Editorial da Revista AEDOS. E-mail: malufagundes@gmail.com

² Doutoranda em História pela UFRGS e integrante da Equipe Editorial da Revista AEDOS. E-mail: lucaiaffo@gmail.com.

³ Doutor em história pela The Open University, professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: marcos@bretas.net.

A entrevista foi realizada no dia 02 de junho de 2017, nas dependências da UNISINOS. Para tanto foi desenvolvido um roteiro norteador com algumas perguntas, mas o objetivo era que o entrevistado tivesse a liberdade de relatar aquilo que achasse mais pertinentes relacionados à sua trajetória acadêmica, a historiografia criminal, questões metodológicas e de fontes de pesquisa. A entrevista foi orientada por parte da Equipe Editorial da Revista AEDOS, as quais assinam acima a entrevista. Além disso, outro fator que nos despertou interesse em buscar entrevistar um dos nomes mais renomados dentro da temática da História Criminal é a organização e publicação do Dossiê “História e Crime”, que compõe o nono volume, número vinte, referente ao primeiro semestre de 2017.

Marluce Dias Fagundes: Professor, a pergunta inicial está baseada em saber como surgiu o seu interesse pela temática da História do Crime, da Polícia, da Prisão? E como esse interesse motivou suas escolhas acadêmicas em sua trajetória?

Marcos Bretas: Eu acho que as nossas escolhas acadêmicas nunca são completamente nossas, elas são uma mistura de interesse com oportunidade. Eu na verdade saí da faculdade planejando trabalhar com militares - com Forças Armadas. O meu projeto de Mestrado era a solução militar francesa, o qual eu comecei a fazer, fiz pesquisa em Brasília e nisso aconteceu um dado que foi que eu consegui um emprego. Eu passei num concurso para a Casa de Rui Barbosa, que é um centro de pesquisa no Rio de Janeiro. O projeto de pesquisa do Centro era sobre o Rio de Janeiro Republicano, o início da República, no qual o meu projeto de Mestrado não se encaixava, aí eu tive que formular um projeto novo por conta disso. Eu tinha trabalhado durante um ano e meio no Arquivo Nacional e sabia que existia lá um fundo de documentação não identificada, que era o de Polícia. É uma documentação que foi recolhida em 1926 e até onde eu sei de 1926 até esse momento que eu estou falando que é 1983 nunca tinha sido aberto. Ninguém sabia o que tinha ali dentro e como dentro do projeto tinha uma linha, que era a do professor José Murilo de Carvalho sobre “Cidadania na República”, relação povo e Estado que é uma questão que sempre me interessou. Eu perguntei: onde é que o povo encontra o Estado primeiro? É a polícia. A primeira imagem que a gente tem cotidiano do Estado é a imagem do policial. É o agente que chega mais longe e está mais presente na vida das pessoas. Eu falei olha eu vou mexer nesse material vamos ver o que tem aqui dentro, o que a gente pode fazer e tentar formular a Polícia como uma questão. Até porque a maior parte da nossa ciência social não consegue pensar a Polícia como parte do Estado. A Polícia

fica num lugar meio de ambiguidade. Você tem a sociedade, você tem o Estado e você tem a polícia que não obedece nem a um e nem a outro. O que é uma entidade meio misteriosa. Ou então você resolve isso da forma mais tosca possível como “braço armado da burguesia”. A Polícia representa o braço armado, isso é bem final dos anos 1970. Com isso, eu abri essas latas de documentos, comecei a ler, fui buscar interlocuções. Foi muito difícil, descobri em termos de Brasil você não tinha praticamente nada, a História da Polícia não existia. Tinha um trabalho feito pela PUC do Rio de Janeiro com muito pouco trabalho de fonte, baseado em legislação e numa teoria sobre dominação, mas muito pouca investigação. Acho que tem outra coisa legal de pensar aí para mim: estávamos numa conjuntura de saída de Ditadura, naquele momento em que tentávamos construir democracia fazendo campanha por “Diretas Já”. E nisso você tinha uma questão: O que a gente pensa de um Estado pós-ditatorial? A polícia é uma peça-chave nisso. O que é uma polícia de um Estado democrático? Isso é uma pergunta que me parece também fundamental da fazermos. Você tem todo um argumento anti-policial, é um senso comum – “não gosto de polícia”. E aí, como você faz? Polícia é algo só negativo? Então a gente também estava começando a pensar e a construir um diálogo aí que é que eu sempre digo que é a primeira geração de estudiosos de Polícia nas Ciências Sociais, muito mais que na História. Toda a minha interlocução nessa época era com: Antônio Luís Paixão, o Roberto Kant de Lima, Paulo Sérgio Pinheiro, gente das Ciências Sociais, Alba Zaluar esse pessoal estava trabalhando. Isso foi crescendo, como que funciona e o que é uma Polícia democrática? Eu tenho uma formação, eu passei pela Ciência Política, o meu Mestrado é na Ciência Política eu me aproximei muito de uma Sociologia Interacionista. Os historiadores normalmente chegam a isso via antropólogos. E nós trabalhamos pouco com a sociologia, mas essa Sociologia Interacionista de Howard Becker, Erving Goffmann foi muito importante para mim. Porque me dava conta de outra dimensão aí, que é exatamente a da experiência, o que se juntava um pouco com o meu Edward P. Thompson do meu lado historiador. A questão da experiência: O que é ser policial? Como é que esse homem se coloca? Se a gente está dizendo em última instância que ele é um “braço armado da burguesia”, ao mesmo tempo ele é proletário. Ele é um homem recrutado nas camadas mais pobres. Como é que funciona você ser braço da burguesia e ser parte do corpo da pobreza, digamos assim? Então isso para mim é olhar como que ele funciona, que tipo de estratégias? Aí para mim foi muito importante pensar, que não pode funcionar automaticamente, não pode ser um exercício cotidiano da opressão burguesa. O meu argumento entrava aí que essa ordem burguesa não funciona assim, era meio desordem burguesa também. Você pega o policial e diz para ele: – reprima o jogo do bicho! Ele apostou de manhã, ele faz parte dessa mesma estrutura que ele é

mandado a reprimir. Então o que acontece? Ele não encontra as pessoas – “estive lá procurando, mas não tinha ninguém”. Ele converge uma série de estratégias aonde você tem que pensar que esse braço tem uma autonomia, esse braço tem uma lógica de razões que lhe é própria. Percebida primeiro, eu acho que de forma mais fácil, nesse policial da esquina digamos assim: Como é que ele acomoda? Decide o que ele quer fazer ou não? E que também têm incidências sobre os caras do administrativo. A gente começa a pensar que o Estado não obedece a uma lógica central, diretiva, ordenadora dizendo: - “assim que vocês fazem tudo funciona”. Então nós pensamos isso é algo dos grandes momentos da historiografia dos anos 1980 - foi desmanchar o Estado. Desmanchar a ideia de que o Estado é um ator que tem uma posição direta na sociedade e que interfere nas coisas. Ele é um conjunto de arenas também, onde uma série de lutas está sendo travada em disputa, inclusive dentro da Polícia. Então por esse foco que eu acho que o meu trabalho foi crescendo. Vamos pensar nas tensões internas, vamos pensar em conceder a essa Polícia essa mesma dimensão que a gente dá há uma série de outros atores públicos e privados. Em última instância eu acho que o meu trabalho primeiro ele teve duas partes, digamos assim: Uma parte que era cobrir um campo que não tem - o que é a polícia? Quais são as leis que a organizam? Como ela funciona? Vamos desenhar o quadro, vamos aprender o que eu estou falando; e a segunda era dentro desse quadro desenhado, o meu projeto era pensar - como é que ele aprende? Ele aprende numa escola (hoje sim, mais ou menos, naquele momento você não tem uma escola de polícia)? Então esse sujeito ele vem, não sei de onde, ele pode ser recrutado no Sertão do Nordeste, porque você tinha missões dos Oficiais para recrutar praça, recebe instrução por quinze dias, ganha o uniforme e é jogado na rua do Rio de Janeiro e diz: - “Polícia isso”. O que isso significa? Significa que ele vai aprender ali na esquina mesmo, e isso é um negócio que me fascina sempre em pensar como é que as pessoas aprendem socialmente a existir. Quando você está de uniforme isso é muito diferente, porque você já passa a ser um conjunto de representações muito forte para os outros também. É esse homem de uniforme ali na rua tentando descobrir quem é amigo e quem é inimigo, o que ele gosta o que ele não gosta, o que ele pode fazer. Pegar uma revista de Polícia de 1903 e dizer o sujeito recebe o uniforme, recebe o boné (quepe), aí ele pega o quepe e torce na cabeça um pouquinho, ele vira malandro. Aquilo que era uniforme do policial entortando, botando um lado para baixo um lado pra cima, te coloca no mesmo tipo de vestimenta do malandro. O policial não pode fazer isso. Mas se você está reclamando disso é porque ele faz. O policial na rua está no meio da malandragem. Aí se você faz o exercício pelo outro lado, e começa a pegar esse mundo do jogo do bicho, do samba – no samba ainda é mais visível. Sempre que tem briga num samba,

tinha um policial lá dentro, ele estava participando, o samba era um negócio legal, o samba faz parte da leitura de classe dele, vamos dizer assim. Então como isso de policial reprimir o samba, e de noite quando você tira o uniforme você vai sambar. Dentro da sociologia policial mais clássica, policial é policial 24 horas, você está impondo a lei em cada momento? Quando você vai ao aniversário da sua sobrinha você controla como as pessoas estão se comportando? Então tem um pouco desse jogo. Como que é ser policial em diferentes momentos da tua existência, se é possível ser e deixar de ser? Guardá-lo junto com a farda de alguma forma “agora eu sou outra pessoa”. Essa produção de identidades e de experiências é o que eu acho assim a minha primeira questão. Era por aí que eu partia e era por aí que eu acho que por parte eu estava dentro de um movimento historiográfico muito forte. E que eu estava compartilhando isso com Sidney Chalhoub, Marta Abreu, Gleides Ribeiro e toda uma escola thompiana dos anos 1980. Mas, ao mesmo tempo eu me separava porque eu pegava do outro lado. O policial sempre foi um problema para o historiador. Porque a gente parte de uma identidade social que eles não gostam e isso implica em outras dimensões interessantes também que diz: como você se relaciona com a presença do teu objeto? Quando eu começo a falar de Polícia, os policiais ficam interessados. E aí é outra história que eu acho importante da gente pensar, de como nós construímos as nossas relações da nossa obra com os impactos sociais que ela porventura possa ter. Como é que nós construímos uma História da Polícia contra? É muito fácil fazer uma História da Polícia contra, “tem que acabar”. Mas isso te implica também num problema, até com as fontes. O que está com eles (policiais), como é que essas pessoas lidam com você também? Então isso foi outro aprendizado. Mas, por outro lado eles se encantam com essa coisa do historiador que começa a descobrir fontes que eles mesmos não sabiam que existiam. A prática de pesquisa é o nosso campo, achar documento, entrar na Biblioteca Nacional, cavar revistas que não conhecemos é um pouco do nosso aprendizado. É importante nós pensarmos essa relação academia-polícia. Vários caminhos, Paulo Sérgio estava construindo isso em São Paulo de outras formas. Kant de Lima no Rio de Janeiro. E eu estava nesse campo. É muito interessante pensar a História do Crime e da Polícia, porque por um lado você tem um reconhecimento de que isso é uma coisa importante, e por outro lado você tira esse mesmo reconhecimento e diz: “isso não é tão importante assim”. “A nossa compreensão do social não passa por aí. Compreender o social é pensar em conflitos de classe. É pensar a história sindical.” Vai para outro lado, é importante, mas não é importante. Essa ambiguidade do tema, eu gosto por que eu gosto de coisas ambíguas, eu acho que é aí que nós nos provocamos e pensamos.

Eu hoje já não trabalho quase com Polícia, trabalhei muito tempo, hoje a Polícia não é mais o meu foco. Tem diversos tipos de questão dentro do mundo da História Criminal que nos ajudam a pensar como a sociedade funciona, como as pessoas organizam sua forma de existir, como elas produzem. Eu acho que a grande produção aí é a produção do medo, dos medos sociais. Eu ando muito interessado agora, por exemplo, na questão das drogas, a construção do imaginário da droga. Quando o historiador começa a ler descrições de drogas do passado, uma das coisas que chama atenção é como elas são parecidas com as descrições de drogas do presente. Só que mudou a droga. Você lê uma descrição do consumidor de maconha em 1950 e ele parece muito com consumidor de crack de hoje. A maconha é a mesma coisa que crack, do ponto de vista de nós hoje? Não, de jeito nenhum. Maconha é uma coisa muito mais simples. Então, o que acontece por aí? O que eu tenho pensado agora é que as drogas são substituíveis, mas o lugar do medo é o mesmo, só vai trocando a droga. “Agora a droga ruim é essa”. “Aí a gente começa a provar que ela não é tão ruim assim”. “Ah mais aqui não tem essa. Você tem sempre uma droga terrível destruindo seres humanos”. Eu acho que isso propicia muita coisa boa para pensar, eu acho que isso dá muita coisa legal para a gente pensar nessa questão dessas construções do medo social, das barreiras. Aí eu volto a ser bem durkeiniano, a sociedade está sempre desenhando uma barreira: era a maconha, a maconha não funcionou foi a cocaína, a cocaína não funcionou e hoje é o crack. Ele perde a sua capacidade, a sua identidade a gente decreta coisas sobre a vida dessas pessoas. A solução da força, a desqualificação desse indivíduo sempre foi dada historicamente e você só vai passando para outra responsabilidade. E é muito importante, porque hoje eu acho que uma das rajadas principais dos historiadores é o mundo da drogas. Nós não temos praticamente nada sobre isso. Nós nos distraímos com outras agendas e isso quando você começa a produzir (está saindo os primeiros livros agora, as teses tem um pouquinho mais). Mas você pega o livro da “História da Maconha no Brasil” do Jean Marcel Carvalho França, por exemplo, tem um buraco social. Mas quando você pensa o quê significava alguém fumar maconha? Na década de 1950, ele não responde isso. Então hoje eu estou um pouco procurando essas construções de retratos de marginalidade. Como que isso aparece, por exemplo, (no que eu estou pesquisando agora, e na verdade eu não estava procurando droga eu estava procurando assaltante) eu estava interessado no que significa o medo de ser assaltado no Rio de Janeiro? Trabalhando lá na minha Primeira República a minha impressão é de que esse medo era muito pequeno, que toda a construção social que nós tínhamos falava “de um malandro perigoso que morava no morro da favela. E se você não fosse lá você estava protegido”. “O perigo estava lá em cima, o Morro da Favela é um lugar terrível”. “Mas não tem problema porque ele não vem

onde você está”. No pós 1945 a minha percepção é de que você começa a ver que esse homem está descendo e agora você está andando na rua e pode aparecer um sujeito com um revólver e dizer “me dá o dinheiro” – te roubar. Porque ele está fazendo isso nesse jornal de 1950? “Porque ele quer dinheiro para comprar maconha. Porque ele é um perigoso assaltante e maconheiro fulano de tal. Tudo quanto é assaltante era assaltante e maconheiro, e quando roubava era pra comprar maconha”. O que é muito divertido, porque a maconha é a droga mais barata que existe. Então, se há algo que não é motivo pra você roubar é para comprar maconha. Mas como isso responde de novo socialmente de uma forma natural? É claro, ele é perigoso é perigoso porque ele assalta, ele assalta porque ele compra droga. E nisso você faz uma segunda pergunta: quem é esse sujeito? São todos negros, são todos jovens, muito jovens.

Tem toda uma história criminal passando por condutas de adolescência (uma das coisas que andam precisando de alguém pra pesquisar é o Serviço de Assistência a Menores da década de 1950 – o famoso SAM) é uma história de umas crianças que vão morrer muito cedo, na grande maioria são histórias curtas seja o bandido perigoso do Rio de Janeiro dos anos 1950 é uma história de alguns anos. O meu primeiro “bandido” é o Mineirinho e uma das coisas que me chama atenção nele, é que ele durou 9 anos. Você encontra registros dele começando a ser bandido perigoso em 1953, e ele vai morrer em 1962. A grande maioria não dura esses 9 anos, como o Mineirinho. Pensar um pouco na História Social dessa criminalidade eu acho o tema que está me encantando hoje. Como é que são essas pessoas? Que história eles tem? Quem sobreviveu e como (as nossas histórias também jogam as pessoas até certo momento e depois desaparecem)? Sempre me fascinou o dia seguinte da sua participação histórica, o que acontece com você depois? Esse criminoso ele foi preso e parece que a história dele se resolveu ali, morro de curiosidade de saber e depois como é que ele saiu o que ele fez? Você vai começando a ver um retrato social de uma época aonde a imprensa aí é fundamental na construção de toda essa figuração de todos esses tipos na naturalização da morte – “bandido perigoso tem que morrer”. Ninguém tem dúvida a esse respeito. Pois, quando você lê na década de 1950 em que matar bandido todo mundo está de acordo, ninguém se incomoda com isso. Os delegados dão entrevista dizendo “olha, a gente não pegou o Mineirinho, mas ele vai ser pego vivo. Porque ele não vai aceitar, ele vai morrer no combate”. E nisso quando ele morre qual é a manchete do jornal: “Morreu Mineirinho a cidade dorme em paz”. E todo mundo passa a festejar a morte do Mineirinho, só que o Mineirinho é metralhado, ele leva 13 tiros. Daí algumas pessoas pensam, “mas 13 tiros pra matar um bandido não é tiro demais?”

“Não existe aí um super matar, um *over kill*?”. Dar 13 tiros num sujeito já parece violência, parece exagero no caso, a morte precisava ser um pouquinho mais limpa, digamos assim. Então você tem toda uma discussão, tem um texto da Clarice Lispector maravilhoso sobre isso, uma crônica que ela faz. Mas é um pouco de um indício de mudança. Mas mudança numa sociedade que a própria Clarice se diz: “quando me disseram morreu o Mineirinho, você se sente aliviado”. Um colega achou uma entrevista do Delegado no jornal, o chefe de polícia que diz “olha, infelizmente não conseguimos matar o sujeito tivemos que prender”. Matar era natural. Essa cultura da morte natural na década de 1950 é algo que eu acho que também está na hora de nós falarmos disso. Como que você naturaliza bandido e morte? Pega esses caras e mata. É isso que a Polícia faz. Então, tem toda uma naturalização de algo que ao mesmo tempo em que nós olhamos para a década de 1950 e faz todo aquele discurso dos “anos dourados”, onde estava todo mundo num cantinho e violão cantando Bossa Nova na beira da praia de Copacabana andando pelas madrugadas saindo da *Boate Drink* sem ter perigo de ser assaltado. E o outro lado disso é que “bandido a gente mata”, por isso não temos medo de ser assaltado. Eu sou um historiador de Primeira República, mas historiador sempre se coloca diante do seu objeto e se pergunta: eu vou andar para trás ou vou andar para frente? É complicado porque você tem que trabalhar com outra bibliografia, tem que fazer outro aprendizado. Mas, nós estamos sempre nos perguntando um pouco sobre esse movimento do teu objeto. O meu primeiro movimento foi para trás, pois escrevi algumas coisas sobre Império. Mas, cheguei à conclusão em que me interessa mais é esse período posterior e principalmente, a ideia de um projeto de democracia. O meu interesse é por momentos históricos que se dizem democráticos. Democracia é mais complicado sempre me desafia mais. E essa não tem. Essa democracia até 1964 não tem uma História Social. Então eu pulei pra ela e estou me divertindo, tomando conhecimento dessa época, me encontrando com essas pessoas pela imprensa e nas construções sociais. E nesse momento estou trabalhando mais com imprensa, acho que faz parte do processo de envelhecimento do historiador. E por razões físicas e por exigências burocráticas você começa a não ter tempo de ir a arquivos. O arquivo é um custo. E talvez a grande fase da nossa vida seja o doutorado, porque temos quatro anos para ir a arquivos, ficar lá dentro e pesquisar. Então hoje com a Biblioteca Nacional toda microfilmada e disponível na internet, é possível trabalhar de casa. Então eu acho que tem um pouco dessas razões pessoais e tem que a imprensa é um objeto que quando você começa a entrar nela (nós sempre trabalhamos com jornal, mas o jornal meio informativo de ter acesso a certos movimentos básicos do passado) é fantástico. E nesse momento você começa a ver como é produzido. Que espaço tem dentro do jornal, como é a linguagem tanto o texto quanto

a figuração da imagem. Nós temos aprendido muito sobre jornal desde Roger Chartier e o pessoal do Brasil como a Tânia Regina de Luca. O jornal cresceu muito e agora eu estou me encantando com essa fonte. Eu estou pesquisando o Mineirinho, uma hora eu vou ter que parar e ir atrás dos processos que eu ainda não fiz. O levantamento do jornal está pronto. É bom juntar fonte, você alternar uma com a outra e ver como esses tratamentos são diferentes. Hoje é o jornal, mas trabalhei muito com o Arquivo da Polícia que tem suas especificidades, pois é um arquivo interno.

MDF: Algumas das próximas questões o Professor já respondeu nessa primeira questão, o que é ótimo. Mas agora se o Senhor pudesse relatar um pouco sobre a sua pesquisa de Doutorado?

MB: O meu doutorado foi todo feito com os livros de registros de ocorrências. Eu decidi fazer fora do Brasil, eu achei que não havia diálogo historiográfico sobre Polícia aqui. E num Seminário em São Paulo, organizado pelo Paulo Sérgio e pelo Sérgio Adorno, eu tive contato com Clive Emsley que é o grande historiador de Polícia responsável pelo Centro de Estudos Europeu de Polícia na The Open University. E nisso fiz o contato com ele, e disse que estava querendo fazer o doutorado e ele me respondeu “vem”. Mas nisso tinha o problema de fontes, como é que eu vou fazer a pesquisa estando lá? Eu sabia que existiam esses livros de registros de ocorrências, eles são livros que estão num arquivo dentro da Polícia Civil do Rio de Janeiro. O microfilme sempre foi uma coisa cara, e hoje acho que está mais complicado ainda como ele está sendo substituído como mídia para uma série de coisas, ele está mais complicado ainda. Na época a gente teve uma sorte que era o governo Brizola, e o secretário era o Nilo Batista, que é uma pessoa extremamente comprometida com pesquisa, ele então autorizou que eu copiasse os microfilmes. A polícia me emprestou os microfilmes eu levei para Casa de Rui Barbosa que tinha um laboratório de microfilmagem muito bom e aí copiei 50 rolos de microfilme que eram todos os registros de ocorrências de sete delegacias do Rio de Janeiro no período que eu queria de 1907 a 1930. Eu levei isso comigo para a Inglaterra, fui com a minha fonte debaixo do braço, no colo. Os primeiros livros de ocorrências que nós temos são do começo do século XX, tem pouca coisa anterior. Acho mesmo que isso não existia isso vai ser mesmo implantado na Reforma da Polícia no RJ em 1907 – onde eles são realmente oficializados. Mas era um relatório que o comissário fazia o plantão de 24 horas e quando ele terminava o plantão ele sentava com o livro e dizia “hoje aconteceu...”. E aí ele escrevia como ele achasse melhor, é isso que eu sentei para ler o que chegava numa delegacia, o que aparece? como as questões se transformam em questões policiais? O meu doutorado foi

em cima disso, esse é um material muito rico. Porque apresentava tanto o funcionamento interno, em casos que o comissário se “enfurece” e dizia “olha, isso é um absurdo”, quanto nas narrativas sobre pessoas que procuram a polícia. Quem procura a polícia? E tem ocorrências que chegavam pela própria Polícia, no caso pelo Guarda, pela vítima, comunicado de atropelamento. Tem condições de se fazer muito recorte com esses livros. Eu tentei fazer exatamente isso: o que é um cotidiano de uma delegacia? Isso remete muito aquela questão de como o policial aprende a proceder, como ele ouve fulano e não ouve ciclano, como reconhece papéis sociais. Você tem escalas de atendimento e de relações de poder. Interessa-me sempre essa dimensão de como o policial negocia. Ele é alguém que nós pensamos que é dotado de um poder – ele tem um poder, mas é um poder que em alguns momentos pode ser de muita precariedade. Porque ele pode encontrar poderes maiores. Então, ele tem sempre que identificar isso. Eu venho muito da sociologia dos anos 1970, no caso o Becker que pensa como você olha uma ocorrência policial, como um policial olha, quem está brigando. Então você tem todo um jogo de relações ali, que com as ocorrências, por exemplo, eu podia descobrir quando dava errado, quando o policial identifica a pessoa da forma errada é um desastre pra ele. A questão, por exemplo, de gênero como você pensa a relação entre Polícia e gênero, o que o policial olha quando uma mulher aparece na delegacia (e aparecem como muito mais frequência do que eu imaginava)? E como que funciona, o que o policial acha dessa mulher que chega e diz “o meu marido está me batendo”, o que o policial faz? Você vai construindo diferenças, você vai aprendendo determinados códigos que estão no funcionamento dali e tem a solução que foi dada. Esses livros quando o Delegado lia anotava na margem o que deveria ser feito, outros não, pois depende do livro que você encontra. Então, você tem ali um conjunto de informações que eu trabalhei, mas que li muito menos do que eu levei. Mas fiz uma abordagem bastante extensa, li muita ocorrência. E de vez em quando você tem sorte, essa coisa da característica de cunho pessoal no livro que não é burocrático é muito estimulante. Pois, tem coisas que nós não resolvemos nunca. Como tem um comissário de polícia que se chama Paulo Filho e que eu não sei se ele é um crítico literário que tinha na época. Mas esse comissário, por exemplo, me chama atenção porque cada ocorrência que ele registrava ele dava um título na margem (“Cocaína apreendida”; “Jovem atropelado”). Esses registros estão na Casa Rui Barbosa, eu deposei os microfilmes lá. É um mundo peculiar, trabalhar com Polícia tem suas identidades próprias e suas sensibilidades. O que a história das grandes permanências ou a ideia de perenidade, atos humanos que são perenes. Como sexo, o mais óbvio de todos. Então, em que medidas a gente pode historicizar isso? Como a gente faz a história de uma prática que é sempre igual, e ao

mesmo tempo muito diferente? Nesse campo, como a gente lida com histórias ligadas a paixões está muito presente. Ódio, traição, vingança. Eu sou muito encantado com a possibilidade de fazer histórias dessas coisas. E conseguir fazer historiadores de História Antiga dialogar com historiadores de História Contemporânea, eu acho fantástico. Nós vivemos uma fase muito micro, de uma história muito do que “aconteceu naquela terça-feira de tarde”. Acho que é um desafio pra nós pensarmos em juntarmos coisas temporalmente muito separadas.

Talvez o primeiro texto teórico sobre polícia que eu li foi o texto publicado pelo David Bayle em 1976, em um livro do Charle Tilly sobre a formação do Estado Nacional. E nisso, ele argumenta de que polícia é uma instituição do Estado Moderno. E compara o desenvolvimento das polícias na França, na Inglaterra, na Alemanha e na Itália, se eu não estou enganado. De lá para cá o Bayle mudou, agora ele diz que Polícia é uma coisa que existe em qualquer sociedade e todas as sociedades têm Polícia. Eu ainda sou apegado à primeira versão eu ainda prefiro pensar a Polícia que eu estudo como uma Polícia característica do Estado Nacional moderno. Mas por outro lado eu entendo o desafio de você pensar regulações de outras sociedades como formas policiais comparáveis. Se não tem Polícia, o que tem? Alguma coisa tem que ter, algum tipo de regulação de ordem tem que ter. Então, comparar essas regulações eu acho uma coisa estimulante. E como o Bayle, talvez ele tenha andado com o mesmo tipo de preocupação que eu vejo como um problema no caso de comparar coisas mais extensas. Pensar em durações mais longas, pensar numa História do Crime no Brasil, pensar numa coisa que vem de 1500 a 2017. Em que quadros você desenvolve um pensamento disso? Como é que você disciplina? A nossa disciplina tem cortes intelectuais muito fortes. Eu pensei até em fazer um levantamento do perfil das propostas de apresentação aqui. Quais são os temas mais trabalhados? Quais são as cronologias? Nesses encontros normalmente tem-se um problema seríssimo com Colônia, as pessoas de história colonial acham que o problema delas é diferente, que é outra História. Quem está de um lado não conversa com quem está do outro e eu acho que temos que atravessar isso, que tem que pensar em Justiça, em controle social. O que os anos 1700 têm para nos dizer sobre os anos 1800. Precisa passar um pouco, quebrar essa formação cronológica muito acirrada em torno do político. A gente divide a nossa história de um tempo político, quando eu falo do período de 1945 a 1964 eu estou dizendo que trabalho com um momento político. Então eu acho que temos que pensar nessas dimensões de micro/macro, o historiador tem sempre que se desafiar para os dois lados. É muito legal a gente contar a história do que aconteceu com aquele sujeito que estava ali, vendo uma determinada experiência. Fazer uma história micro. Micro história

é uma delícia, é bom de ler, é bom de fazer, mas eu acho que a gente tem que também ousar para outro lado que é muito mais complicado, que é o macro. Que é de nós propormos como é que isso se relaciona, como é que se dialoga com outras ocorrências muito mais distantes no tempo.

Michele de Oliveira Casali: Vou aproveitar essa brecha no que o senhor está falando da Polícia. Tinha mencionado antes que é muito difícil falar de um policial trabalhador, então é deslocar a polícia dos mundos do trabalho, ou de outras esferas. Sendo que o policial é um serviço, um trabalho que ele está prestando. Onde, a partir do acervo que o senhor teve acesso, se encaixaria essa instituição, esse órgão. Ao mesmo tempo em que não existe um lugar, ou não se coloca a polícia em algum lugar?

MB: Pois é, eu acho que primeiro. Polícia é um serviço importante, necessário para a regulação de ordem numa sociedade. Não se pode pra comprar utopias socialistas, não vai ter crime, não rola. Não é assim que as sociedades, aí o meu Durkheim fala muito forte. Então tem que ter serviços de regulação; Onde é que ele está? No Estado moderno sem a menor dúvida está dentro do Estado. A Polícia é uma Instituição do Estado. Eu acho que isso é claro e importante. Por mais que o Estado é que tenta se afastar da polícia, o Estado é que diz: “Olha, quando ela acerta ela é nossa, quando ela erra é ela, não tem nada a ver com a gente”. O Estado não assume responsabilidade pelo que os policiais fazem. Isso é uma questão política forte. E do ponto de vista do policial, ele é um trabalhador. Não resta a menor dúvida de que ele é um trabalhador. Só que quando você constrói a imagem que os historiadores falam de trabalhador, trabalhador é um lugar positivo, trabalhadores são caras legais em todas as discussões históricas. A gente não escreve para falar dos trabalhadores como uma categoria negativa. Agora quando você faz a passagem dos policiais, você não passa, ele não é dos “nossos” trabalhadores. Eles estão a serviço de outra coisa- eles não trabalham, estão a serviço - você tem toda uma mudança de linguagem. Isso é um mote político nosso. Como você teve anos atrás, a coisa escravo é trabalhador. Todo o pessoal da escravidão vendendo a ideia de que escravo é trabalhador, faz parte dos mundos do trabalho. Escravo é um trabalhador, isso não tem problema, por que escravos são imagens positivas para a nossa sociedade hoje. Polícia não é. Então eu acho que a gente opera um desafio que é muito mais político do que qualquer outra coisa. É muito mais político. “Não é legal você trabalhar com polícia, mas não aqui”.

MDF: Desde os anos 1980, os/as historiadores/as utilizam as fontes criminais e policiais, tendo como objetivos “resgatar” o cotidiano de grupos excluídos ou para analisar os discursos jurídicos dentro de uma perspectiva das relações de poder. Para o Senhor dentro das instituições que abrangem essas fontes qual ainda não se constituiu como um campo histórico, ou que tem um processo mais lento nesses últimos 30 anos?

MB: Não, tem muita coisa. O processo criminal é uma das fontes mais diversificadas que a gente tem. Eu gosto muito do texto do Foucault sobre a história dos homens infames, de que pela polícia a gente ouve a fala de pessoas que em outros espaços não teriam fala nenhuma, gente que não deixou registros históricos. Elas só aparecem naquilo que talvez seja o seu pior momento, digamos assim. Mas ao menos elas aparecem. Então o processo criminal, eu olho para ele de novo com certa ambiguidade. Dois lados que eu acho interessante: Um é que num processo criminal você pode descobrir informações sobre as coisas mais disparatadas que você possa imaginar. Fontes, eu vou fazer um parênteses. Trabalhar com fontes é muito curioso, fontes gritam para você, te chutam, te puxam, elas te dizem o que fazer. Uma vez eu abri um processo criminal e era um caso de suspeita de envenenamento. Era uma senhora que tinha comido empadinha, pegou o bonde para casa, começou a passar mal e morreu. Aí nisso eles investigam o possível envenenamento. Ela tinha comprado empadinha num café no largo São Francisco, onde eu trabalho, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Aí eles vão à cozinha, o chefe de cozinha vai prestar declarações e ele se chamava José Imaginário. Não é a primeira vez que eu vejo o Imaginário falar e deixar um depoimento escrito. Eu tenho que escrever alguma coisa sobre isso, e fiz um artigo chamado de “Empadas de um confeitiro Imaginário”. Que é o que achamos dentro de um processo as coisas mais diversificadas. Eu não consigo imaginar outra porta para entrar numa cozinha de confeitaria de 1900. De colocar como problema isso. Quantos camarões tinham numa empadinha? Quantas empadas produziam um café no Rio de Janeiro em 1900? Eu não sei onde ia procurar de repente você esbarra nisso num processo criminal. O processo te permite falar de coisas com a construção de domesticidade, como era uma casa. Isso é um negócio que eu tenho brincado um pouco, “como é que se toca uma casa no Rio de Janeiro nos 1900?” Então você acha uma morte, um suicídio de uma empregada doméstica. Ai você ouve todo o pessoal da casa, dentro dessa casa tem o marido, a mulher, os filhos e os empregados. No artigo, eu uso um, eu acho que são sete empregados. O que significa ter sete empregados? Para o nosso olhar de hoje ter sete empregados é coisa de gente muito rica. A própria construção dessas imagens do que é rico, do que é pobre, do que você tem. Tudo isso em algum sentido o processo pode te dar pistas

muito legais. É isso que eu acho que levou para o processo boa parte dos historiadores. Qual a nossa história da pesquisa com processos? A minha impressão é de que o primeiro trabalho é o da Maria Sylvia de Carvalho Franco, “Homens livres no Estado Burocrata”, que é uma tese de 1964. É absolutamente precursora, acho um dos livros mais estimulantes da historiografia. Depois tem nos anos 1970 um trabalho da Suely Robles Reis de Queiróz, sobre escravidão em São Paulo, que também tem uma pesquisa de processos grande. E nos anos 1980 isso explode. Vários caminhos, muita gente, agora toda essa linhagem do Sidney Chalhoub, eu particularmente acho o Sidney o grande formador dessa linhagem. Sendo exatamente aquilo que eu estava dizendo do artigo, tem muita coisa que você pode achar, mas o que você menos lê no processo é sobre ele mesmo. Porque o que a gente menos lê no processo é sobre o acontecimento em si, sobre o crime. Você lê para compreender trabalhador, lê para compreender negro, lê para compreender mulher, lê para compreender relações de trabalho. Mas essa dimensão do que é? O que a gente menos tem por exemplo é ladrão. Existe ladrão profissional? Você pode pensar ladrão, também como uma classe de trabalhadores do 1900? Pessoas que viviam de roubar. Talvez o caso paradigmático o do Meneguetti em São Paulo. O Meneguetti com 80 anos em São Paulo pulava muro para roubar. E quando o prendiam e perguntavam “porque você faz isso? Você está velho”. Ele respondia: “Essa é minha profissão. Sou ladrão, ladrão rouba”. Então você tem aí um grupo, você tem evidências estrangeiras, não aqui, mas, por exemplo, na Inglaterra você tem pai ensinando seu filho. De mostrar como “bate uma carteira”. “Porque é o meu ofício e vai ser o seu”. É uma tradição familiar, um saber profissional, de ser batedor de carteira. Nós desconhecemos quem rouba, o que rouba, porque rouba e o que é esse perfil de crime.

Nós olhamos para o processo e o que menos vemos é o crime. E isso tem duas implicações: uma que eu acho que o grande perigo dessa literatura é não entender o processo é não entender quem está falando. É tomar aquilo como a voz do trabalhador, o depoimento de certa veracidade. Mas, como é construído o depoimento? Como a Justiça funciona? Existe uma filtragem, eu tenho em um desses processos que o Delegado diz que foi entrevistar a moça que estava acusando o patrão por defloração e “ela disse tanta coisa maluca, que eu quase não consegui transformar a fala dela em depoimento”. A primeira coisa que você sabe que o que está escrito ali não é o que ela diz. Então, como resolvemos isso? O único lugar que resolvemos isso minimamente é processo de injúria. Porque no processo de injúria o depoimento é exato o que você disse é fundamental. São casos especiais, são locais que você decifra certas falas que em outro você tem que mediatizar. Então a leitura do processo exige entender como que o delegado está pensando, como que o juiz está pensando. Existe todo um

ordenamento processual que é necessário ser conhecido. Então ler o processo, eu acho, que significa um pouco de conhecer um pouco sobre a História da Polícia, sobre a História da Justiça. E isso durante muito tempo não foi importante. Da década de 1980, existe muito da polícia mentir no processo. Mas que tipo de inserção isso tem? Porque está mentindo e como? Decisões que sempre dissemos que não deveríamos tomar, mas acabamos decidindo quem está falando a verdade e quem não está. Algo que sempre digo para os meus alunos “entrar num processo é desistir de ser detetive”, você não está aqui para descobrir a verdade e saber se o sujeito é culpado ou inocente. Nós estamos interessados nas falas, mesmo que nunca conseguimos fazer isso plenamente. Mas também você pode argumentar o porquê dar preferência de uma fala sobre outra, que posições essas pessoas tem. E nós temos que conhecer o processo de um ponto de vista mais técnico, isso é fundamental. E aí é quem sabe estudar crime. Você pode sempre ler o processo de formas diferentes, pode ter outras perspectivas. E a linearidade pode ser uma forma estimulante. Quando eu falo as questões dos ladrões: ladrão é uma estratégia de sobrevivência da pobreza, é um trabalhador desempregado que rouba? Ou ele é um profissional? Pode ser que seja as duas coisas. Você pode encontrar casos que certamente o argumento do ladrão é sempre esse de que a família estava passando fome ou não consegue um emprego, ele vai usar estratégias discursivas para escapar. Então vale a pena pensar nas duas coisas, pensar nesse mundo. Pois, pra mim, nós não demos atenção a isso. É uma lacuna de crime de roubos, pois não tem nenhum trabalho sobre isso. Tem toda uma dimensão de como a gente pode fazer perguntas diferentes. Como nós tomamos as decisões diante dos documentos, do processo: qual é a fala que tem significado? Qual é a fala que não tem? Então, é uma documentação muito rica. Trabalhando com o jornal volta e meia você sempre tem um colega que diz: que é uma fonte muito problemática. Mas qual não é? A fonte é pra te apresentar problemas. Você pega a tua fonte, entende como ela é produzida, como ela é constituída e avança. E isso tem uma riqueza enorme. Nessas fontes todas, no caso das fontes policiais têm a sua riqueza, as fontes processuais brasileiras são das mais maravilhosas que existem. O nosso processo ele é muito escrito, os depoimentos todos são registrados. Tem processos fantásticos e enormes. A imprensa também a mesma coisa, dá para ver coisas completamente distintas dentro da imprensa. Existe uma riqueza muito grande em jornais, nessa história do crime. O que faz com que um crime tenha repercussão? Que categorias despertam o imaginário? Como é o tratamento de cada caso, existe uma hierarquia de classe? Levantar histórias que nós perdemos. Existem crimes que merecem estudos de fundo, sobre toda a construção do acontecimento. Isso está diretamente ligado à imprensa, a construção do crime que se desenrola que merece atenção, está muito ligada ao

estabelecimento de uma imprensa que vai noticiar. Até meados do século XIX as notícias são absolutamente simples, curtas e muito mais de julgamento do que de acontecimentos. O primeiro crime que eu acho que ganha uma repercussão nacional (e é o primeiro caso de grande imprensa no Rio de Janeiro) é o caso do Desembargador Pontes Visgueiro no Maranhão. Mas quando você começa ganhar dinheiro vendendo jornal, crime é uma coisa que vende jornal. A tradição dos jornais sangrentos vem desde o início do século XX. Como que se produzem explicações? Como se resolve essa dimensão? Você tem ensaios de classificação que são muito interessantes para serem pensados. E óbvio cada Inquérito Policial, o policial está procurando a explicação, ele quer saber o porquê. Então, são fontes que eu acho interessantes de serem exploradas. O que a sociedade acha justificável ou injustificável, normal ou anormal. Hoje nós estamos construindo uma amplitude de temáticas, que torna uma série de coisas importantes. Nós estamos tendo uma reconfiguração de campo historiográfico que eu acho muito valiosa. A História que me interessa é a história de como as pessoas se habilitavam a criar a sua própria história. É esse mundo que nos desafia. Quando você começa a entender como as pessoas estão pensando, quando começa a “entrar na cabeça” desses policiais, dessas “mocinhas perdidas” do início do século, de atitudes diante de dinheiro, de sexo, de crimes, de política. Tudo isso é o desafio do historiador, é a história que eu tento fazer e acho que deve ser feita. A grande vantagem dos últimos 30 anos é que a gente acabou com essas noções de monopólio, de que História deve ser feita de tal jeito, ou que certo tema não é importante. Acho que a história da minha geração foi de explodir com isso, e fazer uma história como nós quiséssemos. Uma história que dialogue com outras temporalidades, tentando entender como aquilo funcionava por dentro e não pela nossa explicação.